

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 6.107/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 5/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.988/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.620 a 6.624, 6.638, 6.644, 6.645, 6.651 e 6.660/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.304/2017, do deputado Dilzon Melo; 8.368/2017, do deputado Coronel Piccinini; e 8.386 e 8.387/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 5/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 665/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 1.479/2015, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.100, 7.102, 7.128 e 7.129/2017, do deputado Elismar Prado; 7.440, 7.441, 7.444 e 7.447/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.596; 7.599; 7.629 e 7.630/2017, do deputado Douglas Melo; 7.679/2017, 7.685/2017, 7.711 a 7.726/2017, da deputada Ione Pinheiro; 7.737/2017, do deputado Douglas Melo; 7.809/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 8.015/2017, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 8.016/2017, do deputado Fábio Cherem; 8.023/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.027 e 8.037/2017, do deputado Duarte Bechir; 8.044/2017, do deputado Fábio Cherem; 8.066/2017, da deputada Celise Laviola; 8.085/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 8.088/2017, do deputado Duarte Bechir; e 8.260/2017, do deputado Fábio Cherem.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 774/2015, do deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.452/2016, da deputada Rosângela Reis; 3.458/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.473/2016, do deputado Doutor Jean Freire; e 3.721/2016, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 5/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 8.406/2017, do deputado Tito Torres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 5/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.043/2017, da deputada Geisa Teixeira; e 4.212/2017, do deputado Paulo Guedes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 5/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/9/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2017.

Paulo Guedes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/9/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a

finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência de convidados, debater os assédios moral e sexual nas instituições públicas do Estado e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2017.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 46/2017, de Marcelo Fernandes Siqueira para o Cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/9/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente *ad hoc*.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.043/2017

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria da deputada Geisa Teixeira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Liga Desportiva Sebastianense, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Liga Desportiva Sebastianense, com sede no Município de São Sebastião do Oeste, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do futebol amador.

Na consecução desse propósito, a instituição promove atividades desportivas, sociais e culturais que contribuam para o desenvolvimento do esporte; e organiza e participa de competições esportivas.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desporto no Município de São Sebastião do Oeste, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.043/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2017.

Fábio Avelar Oliveira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.171/2017**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Nova Esperança, com sede no Município de Salinas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.171/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Nova Esperança, com sede no Município de Salinas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo desenvolver e manter a união entre os moradores do bairro, promover atividades sociais, culturais e desportivas, firmar convênios com entidades congêneres e obter recursos e benefícios em geral.

Com esse propósito, a instituição promove e garante a assistência às pessoas carentes; fomenta o desenvolvimento econômico e social; combate a pobreza; e estimula a cooperação de todos para as obras de assistência à comunidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Salinas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.171/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.345/2017**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Jorge, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Lavradores e Artesãos de Campo Alegre, com sede no Município de Turmalina.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.345/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Lavradores e Artesãos de Campo Alegre, com sede no Município de Turmalina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo melhorar as condições socioeconômicas da sociedade.

Com esse propósito, a instituição promove gratuitamente a educação e a saúde da criança e da família; coloca recursos à disposição da comunidade para executar programas de desenvolvimento; e promove programas, projetos e planos de ação.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Turmalina, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.345/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Coronel Piccinini, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, gostaria de tratar de vários temas. O primeiro assunto que queria tratar é relacionado à audiência pública que tivemos hoje pela manhã na Comissão de Direitos Humanos. Recebemos a comunidade indígena pataxó do Município de Açucena para debater os conflitos que ali ocorrem entre os posseiros de terra e os indígenas. Na verdade, a comunidade está instalada dentro de um parque estadual. Em toda essa área do parque, a Funai, a Emater e também o IEF têm feito o acompanhamento da presença da comunidade e também da evolução, que vamos chamar de degradação daquele território, e da recuperação. Por que falo da recuperação? Os estudos apresentados hoje pela Funai e também pela Emater comprovaram que a presença da comunidade indígena naquele território tem sido fundamental para a recuperação da área degradada, inclusive na apresentação que tivemos, por meio de imagens de satélite, comparando o período de 2011 a 2014 e 2016, em que percebemos, de maneira notória, que, onde houve a ocupação da comunidade indígena, aconteceu a recuperação das áreas, inclusive com a preservação de algumas espécies ameaçadas de extinção. Entre outras coisas, essa é uma justificativa do IEF para que não haja presença humana naquele território. Assim, a comunidade indígena tem sido fundamental para se fazer essa recuperação.

Como precisamos fazer a regulamentação ou a legalização da demarcação daquele território, os índios ficam sem a possibilidade de receber os serviços públicos essenciais. Na aldeia, não há energia elétrica, por exemplo. Às vezes, o índio precisa fazer o resfriamento da insulina, mas não tem condições por falta de energia elétrica. Não recebem também alguns programas sociais. A Funai também tem dificuldade de fazer atendimento.

Assim, ficou hoje encaminhado nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos que o governo enviasse para a Assembleia um projeto de lei estabelecendo uma área de preservação permanente e de desenvolvimento sustentável e que determinasse que essa fração do parque, que não chega a 10% de sua área total, seja constituída área de reserva indígena. Com isso, deputado Dirceu, conseguiremos resolver vários problemas, volto a dizer, sem nenhum prejuízo para o parque estadual, para a manutenção da sustentabilidade do meio ambiente. Na verdade, pelo contrário, a presença indígena comprovou a importância da comunidade. Volto a dizer, são estudos da própria Funai e da Emater. Então, o requerimento que fizemos hoje foi nesse sentido.

Por outro lado os indígenas reclamam que o IEF tem uma veemente posição contrária à presença deles ali no território, mas que chega a ser até benevolente com os posseiros de terra. Isso foi comprovado hoje na audiência: a presença indígena garante a recuperação e proteção das áreas, mas o mesmo não se pode dizer do restante do território, onde há presença de posseiros. Por meio de imagens de satélite comparando os dois períodos, vimos a evolução da degradação daquelas áreas. Fizemos um pedido, um requerimento para que o Instituto Estadual de Florestas assim como a Secretaria de Meio Ambiente e a polícia ambiental aumentem a

fiscalização das áreas de proteção e sejam mais rigorosos. Pedimos ao governador e ao IEF que façam uma proposta para que possamos garantir a presença da comunidade indígena.

Infelizmente esse problema não é novo. É um problema que vem sendo tratado há algum tempo, há aproximadamente sete anos, e hoje na comissão tivemos como retomá-lo. Há boa fundamentação técnica, há bons argumentos, com estudos mostrando que, se conseguirmos concluir esse processo para garantir a presença da comunidade indígena, isso será benéfico para o meio ambiente e também resolverá o problema dessa comunidade tradicional. Tenho certeza de que há condição política extremamente favorável para o governo caminhar nesse sentido. Essa é uma das questões que gostaria de tratar.

Outra questão que quero abordar é o refinanciamento. Aprovamos na Casa uma política de refinanciamento das dívidas de quem deve ao Estado. O Estado tem conseguido fazer arrecadações em cima desse projeto, mas há uma série de empreendedores, de empresários, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas que, considerando o prazo estabelecido, não vão conseguir os recursos necessários para fazer a negociação com o Estado. Deputado Dirceu, tenho alguns amigos que estão na condição de devedores, na condição de inadimplentes com o Estado em relação a tributos, como o ICMS, e que têm me dito: “Deputado, estou precisando fazer algumas operações financeiras, vender alguns imóveis. Estou precisando fazer algum movimento para obter o recurso necessário e resolver minha vida com o Estado, para ficar em dia com o Estado”. Como há essa demanda – tenho certeza de que outros colegas devem receber também –, precisávamos fazer um apelo. Fiz até um ofício, que encaminhei ao secretário de Fazenda, com um apelo para que o governo prorrogue o prazo do refinanciamento, alargando-o para que outras pessoas consigam se organizar. Estamos vivendo um momento de crise. Para o empresário, para o empreendedor fazer um desembolso imediato, mesmo que seja em uma condição melhor como o refinanciamento traz, considerando o momento econômico, há dificuldade. Quero fazer esse apelo ao governador e à Secretaria de Fazenda para avançar nesse sentido.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* – Muito obrigado, caro deputado Cristiano Silveira. Sou solidário com seu pedido. Se achar que deve e que há necessidade, assino com você esse pedido. Na região da Zona da Mata, na nossa Ubá, primeiro polo moveleiro de Minas Gerais, há alguns companheiros com dificuldade quanto ao prazo para liquidar esse débito.

Caro deputado Cristiano Silveira, você foi muito feliz em apresentar esse requerimento solicitando ao secretário de Fazenda que prorrogue o prazo para que possamos juntos resolver o problema de muitos companheiros, de muitos colegas da classe empresarial, que estão realmente necessitando de um prazo maior. Parabéns a você, que teve a sensibilidade de apresentar esse requerimento. Faço questão de deixar bem claro que, se precisar, eu também assinarei.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado. Volto a dizer que esses recursos são importantes porque, por um lado, resolvem a vida de quem tem de se acertar em relação às questões fiscais com o governo e, por outro lado, nos ajudam a compor caixa. Em virtude da crise pela qual o governo passa, sabemos que ele tem dificuldade de fazer alguns acertos, fazer alguns repasses e garantir a manutenção de alguns serviços. Em que pese todo esse problema, o Estado está em funcionamento. Mas, se tivermos um aporte significativo desses recursos, teremos a possibilidade de novas ações – não é isso? Vejo que essa ação, essa medida, já que esta Casa aprovou, é importante. Podemos, sim, fazer um esforço coletivo entre todos os deputados para conseguir a aprovação, para conseguir a prorrogação.

Falando sobre o campo econômico, nem tudo é notícia ruim – não é, deputado Dirceu? O governo está anunciando agora que Minas Gerais foi o Estado que mais gerou emprego nesse último período. Os dados são do Caged, que é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Assim, percebemos que Minas é um Estado que tem toda condição de despontar no ressurgimento, na recuperação dentro de um novo contexto econômico. Claro que essas medidas são fruto das iniciativas, dos ajustes, da organização que o governo vem promovendo no Estado para ter as condições necessárias. É uma boa notícia a que temos: Minas é o Estado que mais gerou postos, vagas de trabalho, fazendo essa retomada dentro do campo econômico.

Outra questão que eu não poderia deixar de tratar, que tem nos preocupado e que tem sido muito debatida nas redes sociais: a Amazônia, deputado Doutor Wilson. Sabemos que o povo brasileiro sempre teve a Amazônia como um dos principais patrimônios. Ela não é só importante para o Brasil, mas importante para o bioma mundial. Muita gente dizia que a Amazônia, a nossa grande floresta e os nossos rios, seriam o pulmão do mundo. Pois bem. O governo golpista do Michel Temer fez, parece-me, um decreto flexibilizando os normativos que tratam da exploração mineral naquela região. Em 1984, ainda no regime militar, foi estabelecido que ali era uma área de preservação, e o governo ilegítimo, esse governo golpista, entreguista – esse é o perfil... Vimos o que aconteceu com o pré-sal, estamos vendo o que eles querem fazer com a Eletrobras, setor estratégico. Querem vender a Eletrobras e estão pelejando para tirar de Minas Gerais as quatro usinas que hoje estão com a Cemig – nós, aqui na Assembleia, estamos fazendo um movimento. É um governo extremamente entreguista. E agora nos traz essa notícia sobre a questão da Amazônia. Em três dias, Doutor Wilson, o Avaaz, que faz as coletas de assinaturas de moções de maneira digital, coletou mais de 600 mil assinaturas, um recorde, a serem encaminhadas ao Congresso e à Presidência da República, para que não façam a entrega, que não flexibilizem, que não deem brechas para aquela área ser explorada e para não avançar o desmatamento. Portanto, trago essa preocupação.

Hoje eu estava recebendo a comunidade indígena na Comissão de Direitos Humanos, discutindo a recuperação do parque estadual, discutindo a preservação do meio ambiente. E temos de conviver com mais essa atrocidade, que é a notícia de que podemos perder a nossa Amazônia. Quero convidar o povo mineiro – Minas Gerais sempre foi protagonista nas grandes questões nacionais, e essa é uma questão importante para nós. Ainda que a Floresta Amazônica não abranja nosso território – temos aqui alguma coisa da Mata Atlântica –, ela é patrimônio do povo brasileiro e, por conseguinte, patrimônio do povo mineiro. Portanto, o povo mineiro também tem de assinar as petições, tem de fazer as moções, as câmaras municipais têm de fazer moção para o Congresso Nacional, para os deputados votados em Minas Gerais, para a nossa bancada de 53 deputados federais e três senadores. Acho muito preocupante. Temos de proteger o patrimônio brasileiro, temos de proteger as nossas riquezas naturais.

Para concluir, meu último comentário é a respeito do filme da operação Lava Jato, deputado Dirceu. Parece-me que foi lançado essa semana o filme sobre essa operação, e o juiz Sérgio Moro foi assistir. Teve tapete vermelho e coisa e tal. Parece-me que deram boas gargalhadas quando da divulgação da conversa entre a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, algo que, vocês sabem, é ilegal – mas parece que isso não incomoda o juiz Sérgio Moro; algo que foi até reprimido pelo Teori Zavascki, ministro do STF, quando ainda estava vivo e era revisor desse processo – era o responsável pelo processo da operação Lava Jato. Mas, como disse, parece que isso não incomodou o juiz Sérgio Moro.

O que digo é o seguinte: fizeram o filme, e o Brasil está ficando bom de cinema. Imagine, deputado Caixa, tivemos um grande filme que foi o Tropa de Elite. Foi um sucesso tão grande que fizeram o Tropa de Elite 2. No filme Tropa de Elite 2, o slogan mudou: O inimigo agora é outro. Já que agora o juiz Sérgio Moro também está sendo delatado... Ele pede para ninguém dar ouvidos a delator: “Como pode a imprensa dar ouvidos a delator?”. Mas foi por meio de delações que ele fundamentou a maioria das decisões tomadas durante os processos.

Agora, o juiz Sérgio Moro foi delatado. Parece que o advogado fez uma denúncia contra ele, do envolvimento de um cunhado ou de um genro. Mas, enfim, há alguém dizendo que o Sérgio Moro anda pisando na bola. Será que, na segunda edição do filme da operação Lava Jato, eles vão fazer o *slogan* “O inimigo agora é o Moro”? A imprensa não tem tratado desse assunto, não tem divulgado a delação contra o Sérgio Moro, com exceção da Folha de S. Paulo e do site UOL. Quero saber se vamos ver isso na grande imprensa, no Jornal Nacional e em outros telejornais. Quero saber também qual vai ser o próximo filme, se vai ser a Operação Lava Jato 2: o inimigo agora é o Moro.

Quero lembrar que houve um pedido de título de cidadão ou de uma comenda de honra ao mérito, não me recordo, para o Sérgio Moro, e a coisa mais acertada que esta Casa fez foi não conceder, porque hoje ele vem demonstrando ser o que realmente é:

um partidário, um cara que tem lado na política e que, lamentavelmente, não atua como um magistrado, atua de maneira parcial. Agora, ele vai ter de se explicar, porque há denúncias que pairam sobre ele.

Essas são as minhas intervenções de hoje. Quero agradecer a paciência do presidente, dos colegas e dizer que esperamos resolver a questão indígena em Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, senhores deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, estamos ficando cada dia mais preocupados com a segurança pública em Minas Gerais. Aqui as coisas ficam muito escondidas. O governo do PT esconde os números, faz a maquiagem dos dados.

Hoje, estourou mais um problema da segurança pública, a paralisação das 400 oficinas do programa Fica Vivo, que atende 10 mil jovens em risco pessoal e social. São jovens vulneráveis, que não tiveram acesso ao primeiro emprego e que, lamentavelmente, se tornam fregueses da polícia, por conta do tráfico de drogas. A irresponsabilidade do governo do PT é algo impressionante. Paralisar o Fica Vivo é algo inaceitável. Esse programa faz uma verdadeira barreira, impedindo que esses jovens sejam cooptados pelo crime, cooptados pelo tráfico de drogas. E o que faz o PT? Não é prioridade para o PT o Fica Vivo. Ouvimos sempre os discursos dizendo que não tem um partido tão social quanto o PT, mas, na prática, quando vemos a verdade, o PT não tem nenhum compromisso com as questões sociais. Imaginem essa juventude, na idade de 16, 17, 18 anos, abandonados em muitos desses lugares dominados pelo tráfico de drogas. Hoje, esses jovens estão rigorosamente ociosos nesses lugares e utilizados pelo crime.

Outra coisa que dói em nós são os números maquiados pelo PT em relação à segurança pública. Eu queria viver nesse estado que o PT está apresentando na televisão e na rádio, onde não há roubo, violência nem problema algum. Eles gostam de dizer que houve uma diminuição do crime. A frase não é minha, é do PT: “Nunca antes, na história de Minas Gerais...”; “Nunca antes história do 22º Batalhão tivemos uma diminuição dessa monta da violência em Belo Horizonte”. Mas o PT foi desmentido ontem na Comissão de Segurança Pública. Imaginem que o promotor do CAO Criminal foi assaltado na Rua Conde de Linhares, dentro da área de jurisdição do 22º BPM. O mais impressionante é que foi à mão armada, e o promotor teve de deixar o seu carro. Foi bem próximo de onde aconteceu a morte de outro promotor, histórica morte, porque abalou a estrutura da segurança em Minas Gerais. O promotor coordenador do CAO Criminal, Henrique Macedo, teve a arma apontada para a sua cabeça: “O senhor vai morrer”. E, quando o promotor acionou a Polícia Militar, o comandante da viatura, o sargento fez o Reds – Relatório de Eventos de Defesa Social – ou o BO, como se dizia antigamente.

Como foi confeccionado o Reds? “O promotor Henrique Macedo foi furtado.” Quem conhece os tipos penais sabe que furto é sem violência, subtração do bem sem violência, sem a pessoa perceber. Mas não foi isso que aconteceu com o promotor. Ele teve uma arma apontada para a sua cabeça. Mas o sargento explicou ao promotor que a ordem do Comando da Polícia Militar, a ordem do governador, a ordem do PT é dizer que, quando se trata de assalto à mão armada, deve ser preenchido furto, que é leve, não tem problema. Então, temos os números do PT em Minas Gerais. É um ato institucional. Não sei qual número será dado, mas o PT diz que em Minas Gerais não há mais violência.

Queria que o governador vivesse onde eu vivo, no Bairro Funcionários, na Zona Sul de Belo Horizonte, cuja jurisdição também é do 22º BPM. Criminosos tentaram invadir o meu prédio três vezes. Eu fico envergonhado de chegar à minha rua e ver os carros quebrados, assaltos à mão armada. E o PT diz que está tudo bem, que não há violência em Minas Gerais. Os números estão demonstrando que nunca antes na história de Minas Gerais tivemos tanta segurança. Eles deveriam ir para as ruas ver o que as pessoas estão sofrendo.

A prima de um amigo meu, que estava grávida de oito meses, não permitiu que um traficante, que fugia da polícia e invadiu sua casa, se escondesse lá dentro. Um belo dia, um jovem de 16 anos estava sentado à porta da casa dela. Disseram para ela que havia

um rapaz assentado lá fora, e, quando ela saiu pela porta, tomou quatro tiros. Aquele jovem foi escalado por aquele traficante que ela não havia permitido se esconder na sua casa quando em fuga da polícia. Aquele jovem de 16 anos deu quatro tiros em uma mulher grávida de oito meses.

Duas balas, Drs. Arlen Santiago e Antônio Jorge, continuam alojadas no corpo de uma mulher grávida, de oito meses. Mas o PT diz que não temos com o que nos preocupar! A família está apavorada, porque agora os traficantes não querem que ela more mais ali. A família está sendo expulsa daquele lugar, mas o governo do PT diz que no relatório de evento de defesa social deve-se dizer que aquilo foi um furto, Coronel Piccinini. Foi um furto! Mas foi uma tentativa de homicídio, pois quase que aquele jovem de 16 anos matou duas pessoas: um bebê já há oito meses na barriga da mãe e ela própria. Agora, eles estão ameaçados, mas não temos o direito de gritar por segurança, porque o PT mostrou números que atestam que não há mais violência em Minas Gerais!

Há poucos dias soubemos da morte de um cabo da Polícia Militar. Sabe o que fez o PT, Coronel Piccinini? Colocou na linha de frente um cabo e um recruta, que no meu tempo de Exército chamávamos de conscrito – pessoa que está se iniciando no Exército e ainda não é considerada nem recruta. É ele que aparece nas imagens fugindo com o carro da Polícia Militar! O PT está colocando um cabo e um recruta no *front*, já que não tem violência em Minas Gerais. Daí, uma quadrilha matou covardemente um representante do povo de Minas Gerais nas ruas, um cabo da Polícia Militar. Eu e o deputado Sargento Rodrigues fomos visitar a abalada viúva e a família do vigilante do Banco do Brasil. Não tiramos fotos dessas visitas, mas pudemos ver o pavor das pessoas. Também pudemos conversar com o comandante, que nos disse que tem oito policiais para cuidar daquela situação, com a BR-262, de um lado de Santa Margarida, e a BR-116, do outro, e um tanto de quadrilhas. Nesta semana a Comissão de Segurança Pública aprovou um requerimento de visita a Manhuaçu para ouvirmos os policiais e, considerando-se que se trata de duas estradas federais, chamarmos a Polícia Rodoviária Federal para conversarmos. Mas diz o PT que não há problema de violência em Minas Gerais! Não é possível que não estejam vendo a dinamite comendo nos caixas eletrônicos dos bancos, e os policiais tendo de enfrentar criminosos que portam armas muito mais poderosas do que as da polícia de Minas Gerais. E os equipamentos da polícia? Nos quartéis e companhias onde vamos, a reclamação é de que o colete do policial está vencido, a arma não funciona bem e o policial não sabe se poderá reagir. Mas não temos violência em Minas Gerais, porque o PT decretou que não tem violência em Minas Gerais.

Mas começamos a descobrir tudo! Imaginem que tentaram maquiagem um evento da Defesa Social em que estava como vítima o promotor coordenador das promotorias criminais em Minas Gerais! O PT não tem medo de nada e enfrenta qualquer coisa! Isso é um abuso com a população. Não sei mais, Coronel Piccinini, o que faço na minha rua. Sinto-me mal em chegar e ver vidros de carro quebrados e pessoas que foram assaltadas. No meu prédio, uma mãe, cujo filho pequeno brincava na área de baixo, determinou que não deixassem mais o filho descer por causa das tentativas de invasão do prédio por criminosos. E há gente achando que está tudo bem! Imaginem que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia ficou sem funcionar!

Não tem problema na segurança pública! O PT não deixa a Comissão de Segurança Pública da Assembleia funcionar, porque está tudo muito bem em Minas Gerais, não há problema no Estado. Então, não deixa funcionar. E ontem, hein? O que foi aquilo? Um policial civil queimando R\$25.000,00 em praça pública! E dizia que era dinheiro sujo queimando. Já explicaram que não é dinheiro sujo, mas da venda que ele fez de alguma coisa. Com aquele dinheiro da venda, ele surtou. Está tudo bem! Sabem onde os nossos delegados estão agora? Na China. Os delegados da Polícia Civil, em grande número, estão na China para aprender com os chineses como se faz segurança pública. Não sei o porquê, pois está tudo bem. Não tem violência em Minas Gerais. As pessoas podem andar tranquilas pelas ruas. Não há mais violência.

As nossas ruas estão ocupadas, as ruas de Belo Horizonte e de Minas Gerais estão dominadas pelos criminosos. Nunca antes na história de Minas Gerais tivemos tanto descaso com a segurança pública como agora. No entanto, dizem que está tudo bem. Nossos policiais estão recebendo o salário de três vezes. Vejo a minha mãe, viúva de policial, que recebe de três vezes. Temos de

ajudá-la a comprar os remédios. Saímos de um governo em que não apenas os policiais, mas todos os servidores públicos recebiam até o 5º dia útil do mês. E agora estamos vendo essa situação.

E a prevenção, hein? Até pensei que o PT ia mudar o nome do programa Fica Vivo. O PT tem mania de mudar o nome dos programas. Mas acabar com o programa? Isso foi demais. Ora, 400 oficinas para jovens. Ah, eu queria viver, deputado Dalmo Ribeiro Silva, no Estado da propaganda do PT! Gosto de assistir à Série B do Brasileiro. Quem sabe aparece um jovem jogador brasileiro, e começamos a torcer por ele! Na Série B do Brasileiro, tem a propaganda do governo de Minas, assim como no Jornal Nacional e no Fantástico. Queria viver naquele Estado que é apresentado na Série B do Brasileiro, no Jornal Nacional e no Fantástico. Mas a realidade nas ruas e a minha realidade é criminoso querendo invadir meu prédio, e minha rua sendo assaltada. E a sua, hein? Comunique-se com a Assembleia Legislativa e diga o que está acontecendo na sua rua, diga da violência e da verdade sobre Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dirceu Ribeiro* – Meu caro presidente Dalmo Ribeiro Silva, deputados e deputadas, público das galerias e telespectadores. Hoje é um dia especial, um dia para valorizarmos ainda mais todo legado, importância e contribuição de uma importante instituição ubaense: o Asilo São Vicente de Paulo.

No dia 25 de agosto próximo passado, essa instituição completou 80 anos, cuidando, no âmbito social e assistencial, de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, em situação de risco social e pessoal, no Município de Ubá e em toda a nossa região.

Além disso, cuida com muito carinho de seus assistidos, satisfazendo-lhes as necessidades básicas, como de abrigo, alimentação sadia, vestuário, medicamentos e lazer, mantendo os vínculos familiares e resgatando sua cidadania.

Na pessoa da coordenadora e assistente social Celsiane Lima, da Ana Paula, da Isaura e da Mara, queremos parabenizar todos os envolvidos nesse projeto grandioso e eficiente, por meio do qual prestam grande serviço a Ubá e região. Esse trabalho, muitas vezes voluntário, de dedicação por parte deles, nos ensina a valorizar ainda mais as pessoas, a família, os nossos entes queridos. Esse carinho de acolhimento que o Asilo São Vicente de Paulo oferece a todos faz a diferença na vida dos assistidos.

Novamente quero parabenizar essa instituição caridosa que admiramos e nos colocar à disposição para juntos trabalharmos pelo seu engrandecimento. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Cumprimento o presidente Dalmo, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os telespectadores que acompanham a TV Assembleia.

Tenho participado nos meses de julho e, agora, em agosto, de conferências municipais e regionais de assistência social pelo Estado na condição de deputado integrante da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e também como militante da área, como um profissional, como assistente social. Em cada região de Minas, tenho recolhido preocupações que vão ao encontro de algumas reflexões que tenho feito nesta Casa, na Assembleia, nesta tribuna, em textos e também em encontros que tenho tido em universidades com militantes sociais e com conselheiros sobre os impactos das medidas impopulares que estão sendo tomadas em âmbito federal e suas consequências no presente e no futuro de gerações em nosso país.

Não vou aqui esquentar ou alimentar o debate político-partidário ou personalizar situações, até pela gravidade do momento. Temos hoje um processo rápido, demolidor, destruidor de políticas públicas que vêm ou vinham se consolidando no País desde a Constituição de 1988, uma constituição que universalizou políticas públicas, tornando-as áreas que, até então, dependiam de contribuição do cidadão, como era o caso da saúde; estabeleceu o tripé da seguridade social – previdência, assistência e saúde; descentralizou a gestão dessas políticas públicas, valorizando o poder local; instituiu mecanismos de representação e participação

diretas, conselhos deliberativos, fundos de políticas públicas. A Constituição de 1988 foi o estuário das mobilizações, da luta pelas diretas já, do retorno dos exilados, do novo sindicalismo, do movimento estudantil, das comunidades eclesiais de base, dos movimentos sociais no campo e na cidade.

Toda essa mobilização política da década de 1980 resultou naquilo que chamamos de Constituição Cidadã.

Com muito custo, essas políticas com ênfases em momentos alternados – Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma –, com altos e baixos, com maior ou menor investimento do poder público, estavam num caminho progressivo de afirmação em nosso país, principalmente depois de 2003, com o governo Lula. Houve a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a instituição do Sistema Único da Assistência Social, a unificação dos programas de transferência de renda, com a criação do programa Bolsa Família. Só para se ter uma ideia, em números, o orçamento só do MDS pulou de R\$8.000.000.000,00 para R\$80.000.000.000,00. O Sistema Único da Assistência Social – Suas –, com a implantação dos centros de referência de assistência, Cras e Creas, capilarizou-se e está presente em praticamente todos os municípios brasileiros. Políticas de apoio à agricultura familiar foram estabelecidas, com o acréscimo de recursos, agilização e desburocratização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –, com distribuição de alimentos para entidades sociais e escolas; com a Lei Federal nº 11.947, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos na aquisição de alimentação escolar; com o programa de eletrificação rural Luz para Todos; com a ampliação dos institutos tecnológicos, das universidades federais; com o ProUNI, o Fies; com o investimento no ensino infantil; com um conjunto articulado de políticas públicas, que fez com que 40 milhões de brasileiros saíssem da pobreza, e o Brasil saísse do Mapa da Fome.

Esse foi o legado dos anos Lula e Dilma. Após o golpe, há hoje, no Brasil, um conjunto de iniciativas que está desmontando essa arquitetura de políticas públicas, a começar pelo congelamento dos investimentos sociais por 20 anos. Se s congela, por 20 anos, o recurso público destinado às políticas públicas, é evidente que o impacto ocorrerá na ponta, porque haverá subfinanciamento da saúde, da educação, da assistência, da cultura, do esporte, do desenvolvimento agrário. Essa medida foi danosa. Ela significa rasgar a Constituição Federal naquilo que tem de melhor. E, paralelamente a esse congelamento de recursos, do outro lado da balança há fatores que estão ampliando a vulnerabilidade social. Fatores como uma reforma trabalhista que retira direitos, admite a terceirização e gera o desemprego e a recessão. São 14 milhões de brasileiras e brasileiros desempregados. Há o desinvestimento no campo, o sucateamento das instituições educacionais, inclusive de nível superior.

Então é um momento extremamente grave, porque a lógica iniciada no governo Lula era, a partir de um País desigual, aportar políticas públicas, transferir renda, buscando reduzir a desigualdade e criar condições para que as famílias pobres, em primeiro lugar, tivessem o direito humano à alimentação assegurado, a capacidade e a condição de manter os filhos na escola e de ter o acompanhamento de saúde. E esses filhos, depois adolescentes e jovens, com o aumento da média de escolaridade, terem condição de inclusão produtiva e desenvolvimento intelectual e profissional superiores aos que suas famílias tiveram.

Aí quem sabe, num momento posterior, nem precisassem mais dessa condição de apoio do Estado, por exemplo, via programa de complementação de renda, porque, quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade de um rendimento médio superior. Essa foi toda a lógica das políticas inclusivas dos governos Lula e Dilma, que tinha também uma componente de aquecimento do mercado de consumo interno, de dinamização da economia como antídoto para uma crise cíclica do capitalismo, que diminuía a importação das nossas *commodities*. É esse sistema que está ruindo com o golpe. Quando esse sistema começa a ruir, os sinais aparecem.

Fico impressionado com deputados que hoje apoiam essa linha de desmonte de políticas públicas virem defender os jovens, a inclusão social. Será que não estão percebendo que o Brasil está sendo desconstruído? Que a pobreza tende a ser ampliada? Que esse é um crime não contra um partido, mas contra gerações. Quando você mata a oportunidade de uma criança na escola, quando começa a haver fatores explosivos... Nessas andanças por Minas Gerais, percebemos a ampliação do fenômeno da população de rua,

de catadores de materiais recicláveis voltando aos lixões, de trabalho infantil, de jovens no campo sem perspectiva. O reflexo dessa desconstrução de políticas públicas é a miséria, é a fome.

Ouvi de um vicentino uma frase emblemática. Ele disse: “Deputado, nos anos Lula, eu levava vida de aposentado”. Porque o vicentino não tinha aquela dinâmica de ação caritativa, pois a pobreza estava diminuindo. Agora o fenômeno da miséria está batendo às portas das grandes, médias e pequenas cidades. E essa condição é o fermento para a expansão do tráfico, a expansão das drogas, da baixa estima dos jovens, sonhos perdidos, interditados. Não adianta discutirmos aqui do avesso, começarmos o debate pela segurança pública. Segurança pública é fundamental, é um direito inalienável de uma sociedade, do cidadão. Todos queremos uma segurança pública digna, mas temos de pensar de maneira sistêmica, preventiva. Prefiro escolas a mais presídios; mais universidades a mais centros socioeducativos. Já são 61 ou 68 mil presos, em Minas Gerais. Será que é essa sociedade que queremos? Vamos fazer o debate nacional, porque as grandes decisões estão sendo tomadas em Brasília, pelo Temer, pelo Rodrigo Maia e, agora, até pelo Fufuca. É esse o País do golpe, Doutor Jean. Hoje, corremos o risco de as votações principais do Congresso serem comandadas, com todo respeito, pelo Fufuca. Queria que essa base de apoio, que vem aqui criticar tanto o nosso governo de Minas, dissesse algo desse apoio ao Temer. Falamos de política pública, e ele lançando programas dispersos, usando até a figura e a imagem do voluntariado, como se isso fosse resolver todos os problemas, destruindo políticas públicas, um retrocesso absoluto.

Não vou nem falar da entrega do patrimônio, da entrega da Amazônia, das privatizações, do ataque contra Minas Gerais, retirando de Minas e da Cemig as suas usinas. Repito: não vou fazer debate pré-eleitoral, debate partidário. Estou fazendo aqui um debate de política pública, pós-1988. Estamos rasgando a Constituição, estamos rasgando – e já foi rasgada – a CLT. Só no Bolsa Família, Bosco, 500 mil famílias deveriam estar incorporadas, e não estão. E, se a pobreza aumenta, aumenta o número de famílias com direito e acesso ao programa. Será que é este o país que queremos construir?

Minas Gerais está reagindo. Aqui, em Minas, o governo Pimentel não aderiu às reformas atrasadas do governo federal. Minas Gerais, com todas as dificuldades, tem dado o seu exemplo na área social, e este será o meu próximo pronunciamento, para respeitar o tempo destinado a cada orador. Não queremos o País do golpe, do Temer, do Maia e do Fufuca.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, presidente Dalmo. Quero aqui mandar um grande abraço aos mineiros e às mineiras, que conseguem sobreviver depois de 13 anos de governo federal do PT, que trouxe 14 milhões de desempregados e uma elevação da dívida pública. De acordo com a fala do deputado federal Ivan Valente, do Psol, ex-petista, quando terminou o governo Fernando Henrique, o Brasil devia aos bancos R\$60.000.000.000,00; e, quando terminou o governo Lula, devia R\$600.000.000.000,00. Quando, felizmente, a população brasileira foi às ruas, dando um basta no despautério que foi o governo da presidenta Dilma, o Brasil estava devendo aos bancos R\$3.100.000.000.000,00, com juros altíssimos, inflação, sofrimento e, principalmente, desemprego.

Com essa farra do gasto, que saiu de R\$60.000.000.000,00, para R\$3.100.000.000.000,00, com pagamento de juros para os banqueiros, grandes amigos da cúpula do PT, vimos que a saúde ficou do mesmo jeito. Uma consulta continuou, por décadas de PT, no governo federal; a R\$10,00, um leito de UTI, a R\$572,00, enquanto o pessoal da Santa Casa de Belo Horizonte fez um trabalho muito bonito, mostrando que custa, no mínimo, de R\$1.200,00 a R\$1.400,00, o que gera um déficit para o hospital, quando ele tem um paciente do SUS no CTI a R\$700,00, por dia. Dez leitos custam R\$7.000,00; 30 dias, R\$200.000,00, para quem tiver uma UTI de 10 leitos. Além disso, esse governo do PT, que estava em Brasília, acabou, realmente, prejudicando muito Minas Gerais. Não foi feito um palmo de metrô em 13 anos do governo do PT.

Na BR-381, rodovia da morte, não foi feito um palmo de duplicação, e vinha Lula aqui, vinha a presidenta Dilma aqui lançar a BR-381, e o Aécio, naquele período, estava sendo perseguido, violentamente, pelo governo federal do PT, fazendo os

mineiros sofrerem, os mineiros que votaram no Lula, que votaram na Dilma. Fazia os mineiros sofrerem, porque não queriam, de maneira nenhuma, que Minas Gerais pudesse progredir.

Acontece que, infelizmente – é até interessante quando conversamos com alguém do campo do PT –, vimos meu amigo, deputado André Quintão, descendo e falando as maravilhas do governo Pimentel do PT, que está tudo muito bom, que a parte social está muito boa. E aí fico vendo o seguinte: tínhamos 224 cidades que não tinham asfalto. O Aécio conseguiu fazer em 218 e não fez em 6. Por quê? Porque eram estradas federais. Eles arrumariam um jeito de fazer uma estrada estadual, se tivessem de passar naquela serra. Podiam fazer uma estrada estadual ou municipal, mas, federal, Lula e Dilma, do PT, não quiseram fazer nenhuma em Minas Gerais. Por que será? Não quiseram metrô e nenhuma estrada para ligar esse programa, que poderia ter abrangido Minas Gerais. Não tem nenhuma cidade sem, pelo menos, uma ligação.

Agora, o governo do PT, em Minas Gerais, é tão elogiado. Acho que pode até ter alguma coisa boa, e precisava de o PT parar com essa cantilena, como foi da Helena Cartago, da Helena Cartago, da Helena Cartago, que as pessoas até acreditam nas coisas que eles estão dizendo.

Quando havia uma mobilização enorme, diziam: “Vamos lá para a BR-381, porque vem o Lula para liberar a BR-381, vem a Dilma aí...” Agora, pelo menos, o vice da Dilma fez 2km da BR-381, que eles não deram conta de fazer esse tempo todo. Lutamos muito, tivemos o José Alencar, o qual até teve o nome num espaço. Tivemos várias vezes com nosso prefeito, pedindo: “Meu amigo, José Alencar, você que gosta de Minas Gerais, dá um jeito de mandar o Exército fazer um pouco de asfalto de Manga e Missões até Montalvânia”, e José Alencar, diligente, atendendo aos nossos pleitos, foi pedindo.

E assim eles conseguiram, pelo menos, começar uma licitação, em 13 anos, e fizeram um pedacinho da estrada de Manga até o Distrito de Monte Rei. Juntamente com Aécio, Toninho Marinho e o ex-prefeito Peo, conseguimos construir uma escola linda, maravilhosa, e levamos água tratada de Montalvânia até o distrito. Precisou de o vice da Dilma assumir para terminar a estrada. O deputado Zé Silva esteve com o presidente Temer, e este mandou o ministro acabar de licitar, resolver a situação, e a estrada ficou pronta. Ninguém mais fará política com ela. Serão necessárias outras coisas.

Quero falar sobre a educação integral que existia em Minas Gerais e caiu violentamente. As escolas que ainda a oferecem não recebem mais merenda escolar. No governo do Aécio, nós conseguimos construir 34 escolas dentro da reserva indígena xacriabá, a maior de Minas e uma das maiores do Brasil. Foram 19 carretas de material para equipar e dar educação ao pessoal. Vários postos de saúde também foram construídos. O governo do Estado doou verba para cascalhar as estradas. Também conseguimos a doação de uma motoniveladora para lá. Agora nós voltamos. Os indígenas achavam que o governo cuidaria deles e estão aumentando. O que está acontecendo? Cheguei na Aldeia Itapicuru com o meu amigo vereador Dão de Rosalvo e vi crianças na escola a céu aberto, porque o número de alunos aumentou. Esse governo não teve a coragem de fazer escola, dar material, carteiras para que os alunos indígenas fossem assistidos. Não vemos mais a construção de escolas, não vemos mais o dinheiro chegar para pequenos reparos. Cada vez mais os diretores precisam fazer festa, bingo, para arrecadar dinheiro.

Vemos também algumas situações muito complicadas na nossa querida Montes Claros, cidade que está sem água. Agora a Copasa apresentou uma solução: “Vamos gastar R\$135.000.000,00 fazendo uma adutora para buscar água no Rio Pacuí”. Mas não há água ali. Como a Copasa pode buscar água lá? A não ser que as cabeças pensantes estejam dizendo: “Vamos falar que buscaremos água no Rio Pacuí. O povo da região, sabendo que serão gastos R\$135.000.000,00, vai fazer um movimento”. Sequer a licença ambiental Copasa pediu até agora. No final ficamos achando que a empresa está dizendo que fará essa adutora no rio, sabendo que a população vai se mobilizar para não deixar jogar o dinheiro fora e ainda vai dizer: “Bem que eu queria fazer a obra, mas o povo não deixou”.

Temos ainda a situação da saúde. Ontem, recebi uma notícia, e o deputado Toninho Pinheiro acabou de me ligar dizendo que o hospital de Vespasiano fechou. Estão fechando hospitais à vontade. Deputado João Leite, aqui mesmo, como presidente da

Comissão de Saúde, fui para a porta do Centro Geral de Pediatria junto com o pessoal da Asthemg, o Carlinhos, a Mônica, o Clube de Mães e a Marília, do Ipsemg, que tanto defendeu o governo do PT, dizendo que, quando que ele entrasse, o instituto ficaria uma maravilha, que atenderia as nossas professoras.

Em Uberlândia mesmo, depois de quase três anos, arrumaram lá algum lugar para dizer que vai haver atendimento para todo o Triângulo. Fomos lá para a porta. O governo queria fechar a urgência da pediatria. Não deixamos. Esse governo do PT privatizou o atendimento de pediatria. Esse governo do PT é privatista; aliás, agora está dizendo que vai privatizar a BR-135, que o nosso presidente, vice da Dilma, o presidente Temer, gentilmente, cedeu para o governo de Minas. O governo vai privatizar e colocar pedágio lá para nós. Isso é terrível. Pior, lá em Janaúba, há uma situação de falência total na saúde. Em Montes Claros temos uma situação terrível, na verdade, em todos os lugares. Fui a Montalvânia. O governo não passou neste ano a questão da urgência e da emergência. Gente morrendo na porta do hospital, urgência e emergência, não é prioridade para o atual governo do PT. É esse governo que ouvimos falar que está investindo no social. Lá no Norte de Minas nenhuma estrada foi asfaltada.

Ouvimos algumas coisas. Felizmente, estamos ouvindo agora que a Copasa vai fazer esgoto, continuar o trabalho que vinha sendo feito, que começou com Hélio Garcia, o primeiro tratamento de esgoto aqui da Grande BH. Está dizendo que vai gastar R\$500.000.000,00. Além disso, vai gastar R\$135.000.000,00 em Montes Claros e mais R\$70.000.000,00 pela concessão. Diz que vai fazer isto e aquilo, mas, a cada dia, vemos mais pessoas nomeadas na Cemig, na Copasa, na Codemig. Foi passada uma lista. O deputado João Leite tem essa lista, e podemos até pedir para o gabinete nos apresentá-la. Nela os 50 maiores salários da Codemig custam mais do que o pagamento de todos os deputados da Assembleia Legislativa, deputado Dalmo. É assim que está cuidando do social.

Governador, acorde! Vamos fazer um pacto por Minas Gerais. Vamos buscar os R\$135.000.000.000,00 negados pelo Lula e pela Dilma da Lei Kandir, no tempo que Aécio e Anastasia estavam aqui. Vamos juntos. Nós estamos lá, eu, deputado João Leite e Aécio estamos. Vamos lutar pelas barragens da Cemig sobre as quais a Dilma baixou um decreto para acabar, para privatizar. Vamos tentar achar a solução. Queremos, governador, é que V. Exa. saia dessa camisa de força que o seu partido lhe colocou, exigindo cargos, cargos e mais cargos, e possamos fazer um pouco pelo povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, caros colegas, visitantes aqui presentes, telespectadores da TV Assembleia que nos assistem por todo este estado.

Sr. Presidente, gostaria primeiramente de iniciar a minha fala, cumprimentando, parabenizando os mineiros e as mineiras, bem como os brasileiros e as brasileiras que conseguem sobreviver a esse governo golpista.

Por que também não cumprimentar os mineiros e as mineiras, que estão vivos, estão nas universidades e que saíram da linha da pobreza, em virtude dos 13 anos de governo Lula e Dilma? Fazendo um contraponto ao que foi dito aqui anteriormente, não sei como alguém tem coragem de usar a fala para defender Aécio Neves, para dizer que o mineirinho, que o mais queridinho, que o tucaninho foi perseguido pelo governo do PT. Quantas obras, quantas políticas públicas, deputado Paulo Guedes, esse Estado viveu no período em que o mineirinho era governador, se aproveitando e se apropriando de obras do governo federal, de políticas públicas do governo federal, chegando até a mudar o nome de algumas, aqui, no Estado de Minas Gerais? Venho de uma região em que nos 13 anos de governo do PT o índice de mortalidade infantil diminuiu drasticamente. E ainda temos de ouvir falar bem dele, falar que ele está sendo perseguido. Ele tem de ser perseguido, sim, mas não é por nós, não é pelo PT. Ele, por sinal, é muito blindado. Parece que durante anos no Estado de Minas Gerais – gostaria de cumprimentar todo o pessoal da comunicação da TV Assembleia desta Casa – os jornalistas deste estado foram perseguidos. Foram perseguidos pela irmã do mais queridinho. Ela mandava na comunicação deste estado. Quem é jornalista, quem é do meio de comunicação e está me escutando, sabe do que estou falando.

Interessante é que, na hora que é de interesse, falam “nosso presidente Temer”. É de acordo com a conveniência; na hora que não é conveniente, falam “vice da Dilma”. Até poderia aceitar que seria o vice da Dilma, se tivesse implementando aquele plano de governo que a urna escolheu, mas não, está implementando o plano de governo que o PSDB escolheu. Não é o vice da Dilma, é um governo ilegítimo, sim; golpista, sim. É um governo que veio para cumprir esse papel. Ele nunca escondeu isso. Ele veio para entregar o País, para privatizar o País. Quando os governos mudam, os discursos mudam. Ouvi pessoas falarem de privatização parecendo até sindicalistas. É interessante como, quando mudam os governos, se mudam os discursos.

Vejo a questão das escolas, da educação, que foi pauta aqui. Quem está entregando a educação deste país é este governo aí. É o presidente que, na hora que serve, vocês dizem “nosso”; é o seu presidente que está entregando o País. A Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, que foi construída pelo presidente Lula – ela era um sonho antigo, como tantas outras universidades, como os institutos federais, que não existiam e agora existem, nos lugares que mais precisam neste país e em Minas Gerais –, agora está sujeita a acabar. Está difícil. Há poucos dias tive uma conversa com o reitor da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, e, se continuar do jeito que está, os recursos darão para ela funcionar um ou dois meses mais.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Deputado Doutor Jean, primeiro quero parabenizá-lo por sua fala, por esclarecer a verdade. Digo mais, Doutor Jean: é impressionante como os golpistas se comportam no dia a dia. Ontem mesmo denunciei aqui mais um golpe, o golpe do Anastasia agora contra os taxistas. Ele relatou, acabou de dar o parecer favorável para impedir a carreira dos taxistas das pequenas cidades. Quando ele era governador aqui, ele perseguiu essa classe, quase exterminando os taxistas do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e de todo o Estado. Agora, por meio de um projeto de lei, eles querem de vez acabar com os taxistas das pequenas cidades, para privilegiarem as empresas de ônibus ligadas ao Anastasia e a essa turma.

Queria dizer também que ouvi o deputado Arlen falar agora há pouco sobre as estradas. Quero agradecer e lembrar que o presidente Lula fez muito não só pelas estradas, mas em tudo. Para falar só de estrada, ele fez a BR-135 de Manga a Montalvânia e de Montalvânia à divisa da Bahia; ele refez a estrada de Montes Claros, a BR-365 de Montes Claros a Pirapora, que estava acabada; e reconstruiu a BR-135 de Montes Claros a Curvelo. Portanto, só no Norte de Minas, para dar exemplo, temos três grandes estradas, três grandes trechos que o governo federal fez, que o presidente Lula fez quando foi presidente. Ele fez muito e deu condições a todos os estados de também fazerem, porque permitiu empréstimos internacionais para fazer os Processos, que quem paga hoje é o governo Pimentel. Ou seja, foram obras financiadas que hoje estamos pagando. Com toda a dificuldade financeira por que o Estado está passando, estamos honrando todos os compromissos assumidos para as obras daquela época.

Mais, Doutor Jean, queria aqui denunciar, mais uma vez, esse presidente golpista, os três senadores de Minas e a bancada federal deste Estado que o apoia em Brasília e que está calada. Esse golpista, esse presidente vampir, Temer, tirou o programa Leite pela Vida, cortou esse programa em Minas Gerais, como está cortando milhares de pessoas do Bolsa Família, como está acabando com tantos programas. A cada dia, só notícia ruim. Além de tirar os programas sociais, vemos o desmonte de toda uma sociedade. Ele está querendo vender nosso patrimônio, nossas empresas. Já acabou com os direitos trabalhistas, rasgando a CLT, e quer impor uma reforma da Previdência, que só tira dos trabalhadores.

Não sei como ainda tem gente com coragem de defender esse governo golpista, esse governo do Aécio, esse governo do Anastasia, esse governo do Fernando Henrique, do Serra e de todos os golpistas que se juntaram para derrubar uma presidenta eleita e para impor agora o entreguismo total. Eles estão entregando o pouco que resta do Brasil para o capital americano e agora para os chineses – o presidente foi à China agora para vender o pouco que resta das empresas públicas brasileiras para os chineses.

O deputado Doutor Jean Freire – Bem, foi falado aqui de estrada. Na época em que tínhamos dinheiro para fazer o asfalto da BR-367, o governo do Aécio não deu o licenciamento. Pois bem, agora foi concedido pelo governador Fernando Pimentel o licenciamento para que seja feito o asfalto de Almenara a Salto da Divisa. Esperamos que essa obra seja feita. Gostaria de agradecer ao governador pela LMG-677. Foram anos de descaso, e ela agora está sendo asfaltada para o Vale do Jequitinhonha.

Por que não tecer também comentários sobre a água? É verdade que muitas nascentes estão secando. É uma questão em todo Estado que merece o cuidado de todos nós. Mas também temos de ter coragem de subir aqui, de apontar os erros, se necessário, e de dizer, por exemplo, que, na região de Montes Claros... Quero deixar minha solidariedade aos irmãos de Montes Claros que estão passando por dificuldades de ter acesso à água. Mas temos de ter coragem. O que levou a cidade a isso não foi a Copasa. Por mais fins que possam ter, em um momento ou outro, as empresas não cumpriram o papel que deveriam cumprir.

O plantio desordenado de eucalipto trouxe o momento que Montes Claros está vivendo, e precisamos ter a coragem de dizer isso. As nossas nascentes estão secando. É passada a hora de esta Casa discutir o assunto. Precisamos ter a coragem de dizer isto: plantar, às vezes, pode ser necessário, mas precisamos estabelecer um marco regulatório. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estive visitando o Norte de Minas há poucos dias. Ao passar em Francisco Sá, vi o Rio Gorutuba, em que há três anos não passa água. A culpa é da Copasa? Não, a culpa é do plantio desenfreado de eucalipto. Em Bocaiuva, o Rio Taboquinha já está sem água. A culpa é da Copasa? Não, a culpa é do plantio desordenado de eucalipto. Como está vivendo agora o Rio Jequitinhonha com a mineração na região de Areinha, no Alto Jequitinhonha? Precisamos trazer esse debate para cá. É passada a hora de termos essa coragem.

O Sr. presidente é da região de Montes Claros, como outros parlamentares. Dizem que o lugar mais importante do mundo é o quintal da nossa casa. Com certeza, aquele ali é o quintal mais importante de V. Exa., que vive e mora lá. Não deve ser fácil ver a cidade, os municípios e V. Exa. passar por isso, mas precisamos discutir esse assunto mais profundamente. Se há erro da Copasa, vamos discutir. Mas por que não apontar aqui? Ou só nos preocupamos com a água quando ela falta em nossa torneira? É com essa água que queremos nos preocupar, meus irmãos? Esse é o cuidado que temos de ter? Ou temos de nos preocupar com a água que não está nascendo, com as nossas nascentes, com aquelas que não estão vindo, com as matas ciliares?

Gostaria de chamar para esse debate toda a Casa, todos os deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente, era essa a minha fala.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/9/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Paula de Almeida Uzac, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

exonerando Gustavo Henrique Neves de Oliveira Moura, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

exonerando Vania Maria Baganha Coelho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Cristina Paiva Santos, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio.

PROCESSO Nº 1011014 117/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: renovação de assinaturas do jornal *Minas Gerais*.

Em 4/9/2017, o diretor-geral ratificou, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011014 117/2017, com licitação declarada dispensável, nos termos do art. 24, VIII, desse diploma legal, bem como autorizou a despesa em favor da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais.

TERMO DE CONTRATO Nº 80/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica de Implantodontia Dr. Maurício Greco Côso Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 128/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Visual Sistemas Eletrônicos Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000 –, instalado no Plenário da Assembleia Legislativa. Vigência: 12 meses, com termo inicial em 29/12/2017 e final em 28/12/2018. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 33/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MDM Clínicas Integradas S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Objeto do aditamento: modificação de cláusulas e condições do contrato original. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/7/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/7/2017, na pág. 5, no título, onde se lê:

“13ª”, leia-se:

“14ª”.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/8/2017, na pág. 5, no título, onde se lê:

“14ª”, leia-se:

“15ª”.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/7/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/8/2017, na pág. 21, no título, onde se lê:

“13ª”, leia-se:

“14ª”.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/8/2017, na pág. 4, no título, onde se lê:

“15ª”, leia-se:

“16ª”.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/8/2017, na pág. 18, no título, onde se lê:

“14ª”, leia-se:

“15ª”.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/8/2017, na pág. 6, no título, onde se lê:

“15ª”, leia-se:

“16ª”.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/8/2017

Fica sem efeito a errata relativa à matéria em epígrafe, publicada na edição de 30/8/2017, na pág. 57.

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/9/2017, na pág. 12, sob o título “Leitura de Comunicações”, na comunicação da Comissão de Esporte, onde se lê:

“1.942/2015, do deputado Elismar Prado”, leia-se:

“1.942/2015, do deputado Elismar Prado, com a Emenda nº 1”.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/9/2017, na pág. 7, onde se lê:

“Submetido a votação, é aprovado o substitutivo, ficando prejudicado o requerimento.”, leia-se:

“Submetido a votação, é aprovado o substitutivo, ficando prejudicado o requerimento na forma original.”.